



0077/1991/011/2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

Ilmos. Senhores Integrantes da Câmara Normativa e Recursal do COPAM.

busso

Auto de Infração nº: F-0071/2006

FEAM
RECEBEMOS
28/05/12
Hamilton
ASSINATURA

MUNICÍPIO DE LAVRAS,

devidamente qualificado nos autos do Auto de Infração em epígrafe, em curso por este órgão estadual de defesa do meio ambiente, vem perante Vossas Excelências, por intermédio de seu procurador signatário, sempre com o devido respeito, nos termos do ofício 288/2012 NAI/PRO, apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** à penalidade imposta, consoante fundamentação fática e jurídica a seguir exposta.

1. Compulsando os autos verifica-se tratar de formalização de Auto de Infração donde apurou-se possíveis irregularidades quando da manutenção do aterro sanitário do Município de Lavras.
2. Em vistoria primária constante dos autos às fls. 08, foram constatadas as seguintes irregularidades:

- existência de uma nascente cerca de 100 m a jusante de maciço de resíduos;
- inexecução de sistema de drenagem pluvial na área;
- existência de catadores no local, bem como cães e urubus;
- a área cercada, porém não havia portão de acesso;
- vestígio de queima de pneus no depósito e uma pequena quantidade de armazenada sem cobertura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO



3. Cabe ressaltar que referida vistoria deu-se em meados do ano de 2006, donde a pouco havia assumido a atual gestão administrativa do ente, com o enfrentamento de possíveis inércias advindas de outras administrações acerca do efetivo cumprimento de normas ambientais pertinentes à destinação final dos resíduos.
4. Tal fato ensejou na imediata aplicabilidade de políticas públicas voltadas à extinção plena dos apontamentos realizados, o que de fato vem ocorrendo corriqueiramente no curso do presente mandato.
5. Deveras, ao se proceder com a simples leitura dos autos verifica-se que parecer jurídico que embasou na rejeição da defesa apresentada ter fundamentado-se no sentido da inexistência de demonstração cabal quanto a descaracterização do cometimento da infração alegada.
6. Para tanto, tratando-se de questão de ordem pública onde o direito deve ser preservado em qualquer das fase processuais, aqui incluídas as fases do presente procedimento administrativo, há de se verificar que à época dos fato o Município de Lavras possuía como ainda possui Licença Ambiental credenciando-o à implementação do aterro sanitário sob análise, licença esta que possuía validade até a data de 30.04.2008.
7. Diante de tal fato verifica-se inconsistente a aplicação da penalidade quando, da vigência e validade plena do licenciamento prosperado pela própria FEAM, encontrava-se, o Município, em plena implementação do aterro.
8. Tal fato por si acarreta na total impertinência da aplicação da multa/sanção posta em desfavor do ente, sob pena de ser infringida a segurança jurídica posta sobre a matéria, o que não pode ser admitido.
9. Não sendo só, em recente vistoria realizada por fiscal do COPAM foram constatadas as devidas adequações do aterro, que sobremaneira vem se adequando de maneira célere e correlata a legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO



10. Em referida vistoria constatou-se o seguinte:

- que a cobertura dos resíduos coletados na cidade de Lavras, são realizados diariamente por um trator de esteira e uma retro-escavadeira, auxiliados por dois caminhões basculantes;
- que a drenagem das águas pluviais esta implantada por meio de canais de concreto;
- não foi visualizado chorume no aterro controlado;
- que o ribeirão dos Fonseca está localizado à aproximadamente 500m de distância;

11. E continuam as especificações:

- constatou-se a fase final de instalação do aterro sanitário, com caixa de tratamento anaeróbico de chorume e plataforma do aterro sanitário totalmente revestidos de polietileno de alta densidade;
- poço de monitoramento do lençol freático;
- implementação do aterro sanitário logo abaixo do aterro controlado sendo qualquer fluente proveniente do mesmo, seguir em direção ao aterro sanitário, por esse estar em cota altimétrica inferior, na qual encontra-se o sistema de tratamento composto de duas lagoas, uma anaeróbia e outra aeróbia.

12. Ocorre então que em uma simples leitura fática acerca da matéria sob análise verifica-se que a implementação de políticas ambientais voltadas a sanar quaisquer possíveis irregularidades no aterro sanitário do Município de Lavras vêm sendo efetivamente tomadas, tudo a afastar a incidência da penalidade aplicada.

13. Não bastasse isto, em recente adequação procedimental, face a total implementação do aterro, a Administração Municipal procedeu com a elaboração de determinado projeto para a instituição de tubos de concreto e meia cana de concreto, recuperando assim toda área prejudicada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO



14. Para tanto, tendo o sido o projeto orçado à monta de R\$ 408.733,97 (quatrocentos e oito mil setecentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), para sua implementação necessário se fará a realização de competente processo licitatório.

15. Certo é, que com a implementação de políticas públicas voltadas à observância da preservação ambiental e principalmente total adequação, mesmo que periódica às regras apresentadas pelos órgãos de defesa do meio ambiente é que a penalidade imposta ao ente vai de afronto às regras ordinárias do princípio da eficiência, posto em face ao Administrador Público no exercício de suas funções.

Pelo exposto, corroborado às provas outrora acostadas, principalmente relativamente à patente aplicabilidade, in casu, do princípio da eficiência administrativa, é que a reforma da decisão que impôs ao Município a penalidade pecuniária apresentada no auto de infração deve ser revista, julgando aquele, diante dos fatos novos aqui apresentados, totalmente nulo em suas imposições.

Termos em que,

Pede deferimento e J.

Lavras, 21 de maio de 2012.


Pp. Marcelo B. Sabato
OAB/MG: 125.760